

FOCO NO PLANALTO

Notas sobre a semana de 15 a 19 de julho, em Brasília.

CONGRESSO DESACELERA, DESONERAÇÃO NO RADAR & INTENSIFICAÇÃO DAS CAMPANHAS MUNICIPAIS

Após esforço concentrado, a Câmara entra em recesso informal e o Senado contará com poucas pautas. Depois da aprovação do projeto de regulamentação da Reforma Tributária (PLP 68/2024), deputados começam a esvaziar os corredores em um recesso informal. No Senado, o ritmo diminui, mas ainda há a expectativa de o Plenário votar o projeto que trata da desoneração da folha nos próximos dias. A partir de quinta-feira (18) e até o final deste mês, as votações devem ser totalmente suspensas.

Sem a aprovação da LDO, os prazos continuarão correndo durante o recesso informal. Sem a aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), o Congresso não pode entrar oficialmente em recesso, assim, os prazos regimentais continuarão correndo. O prazo das medidas provisórias e das urgências constitucionais enviadas pelo presidente Lula, por exemplo, continuará em andamento. Isso impactará, entre outros temas, a regulamentação da reforma tributária, que ainda está sob urgência constitucional e possui um prazo determinado de 45 dias para votação pelas Casas, sob pena de trancar a pauta, embora a expectativa seja de retirada da urgência, por solicitação do senador

Eduardo Braga (MDB/AM), que irá relatar a matéria.

Lula e líderes se reúnem nesta segunda (15) para discutir desoneração. Com o prazo estipulado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) chegando ao fim (19), espera-se que o governo e o Senado solicitem uma prorrogação à Corte, pois o texto ainda precisa ser analisado pela Câmara. De toda forma, tendo em vista a possibilidade de deliberação em Plenário esta semana, o Presidente Lula se reunirá hoje para alinhar as diretrizes do projeto, que estabelecerá a compensação da desoneração, já que até agora as negociações não foram bem-sucedidas. A última proposta do governo, de aumentar a CSLL dos bancos em um ponto percentual, foi mal recebida pelos líderes partidários do Senado, mantendo o impasse sobre o tema.

Em outra frente, as atenções políticas se voltam para as eleições municipais. Neste sábado (20), inicia o prazo, que se estende até 5 de agosto, para que os partidos realizem suas convenções para a definição dos candidatos às prefeituras e às Câmaras Municipais. Tradicionalmente o período registra um grande envolvimento de deputados e senadores, inclusive com o licenciamento de alguns parlamentares para atuarem em suas próprias campanhas ou nas de seus aliados.

Destaque da Semana

Segunda

- Reunião do presidente Lula (PT) com líderes do governo para discutir impasse de acordo sobre desoneração da folha.

Poder Executivo

Presidência da República

Agenda do presidente – Luiz Inácio Lula da Silva participou, nesta segunda (15) de reunião bilateral com o Presidente da República Italiana, Sérgio Mattarella, seguido da cerimônia de assinatura de acordos entre os países. Pela tarde do mesmo dia, se encontrou com o Secretário Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil, Marcos Rogério de Souza e posteriormente

	<p>com a Ministra das Mulheres, Cida Gonçalves. Ainda nesta segunda, o presidente se reuniu com líderes de governo para discutir o impasse de acordo sobre desoneração da folha.</p>
Vice-Presidência da República	<p>Agenda do vice-presidente – Geraldo Alckmin participou, neste final de semana de anúncio sobre o balanço do programa Brasil + Produtivo no Distrito Federal. Já nesta segunda (15) participou de reunião com Francesco Moliterni, Presidente da empresa de produção de aviões junto a Embraer, Leonardo Brazil. Posteriormente se encontrou com José Maurício Andreta Junior, Presidente da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (FENABRAVE).</p>
GSI Gabinete de Segurança Institucional	<p>Agenda ministerial – Laércio Portella, participou nesta segunda (15) de debate sobre o financiamento privado para a mitigação dos problemas climáticos em reunião do G20 em Belém do Pará. Estiveram reunidos o Grupo de Trabalho de Finanças Sustentáveis e a Força-Tarefa para Mobilização Global contra a Mudança do Clima.</p>
Secom Secretaria de Comunicação Social	<p>Agenda ministerial – Laércio Portella, participou nesta segunda (15) de debate sobre o financiamento privado para a mitigação dos problemas climáticos em reunião do G20 em Belém do Pará. Estiveram reunidos o Grupo de Trabalho de Finanças Sustentáveis e a Força-Tarefa para Mobilização Global contra a Mudança do Clima.</p>
CGU Controladoria-Geral da União	<p>Agenda ministerial – Vinícius Marques de Carvalho participou neste final de semana, junto a ministra de Igualdade Racial, Anielle Franco, do lançamento do Programa de Integridade e do Plano de Gestão Ética do MIR.</p>
AGU Advocacia-Geral da União	<p>Agenda – A AGU, lançou neste final de semana uma coletânea de modelos jurídicos para auxílio das Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICTs) públicas federais na celebração de instrumentos jurídicos e na instrução de processos administrativos previsto no Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação.</p>
SERS Secretaria Extraordinária para Apoio à Reconstrução do Rio Grande do Sul	<p>Agenda ministerial – Paulo Pimenta participou no último final de semana da abertura da 30ª edição da Feira Internacional do Cooperativismo e da Economia Solidária em Santa Maria no Rio Grande do Sul. Já nesta segunda (15), participou do lançamento da pré-candidatura de Anilton Oliveria, candidato a prefeito de Alegrete (RS).</p>
MCTI Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	<p>Agenda ministerial – Luciana Santos participou, no último final de semana do 29º Congresso da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG) na Universidade Federal de Minas Gerais. Ainda neste fim de semana, ocorreu a 76ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).</p> <p>Agenda ministerial</p> <ul style="list-style-type: none">✓ Amsterdã (Holanda) - 4S/EASST Conference - Society for Social Studies of Science - European Association for the Study of Science and Technology.
MCid Ministério das Cidades	<p>Agenda ministerial – Neste final de semana, representantes do Ministério das Cidades participaram do encerramento do Fórum Político de Alto Nível</p>

	das Nações Unidas, sobre a agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).
MCom Ministério das Comunicações	Agenda ministerial – Juscelino Filho participou neste final de semana, da entrega de computadores para colônias de pescadores, trabalhadores rurais, quilombolas e LGBTQIA+ na região de Pernambuco. As doações fazem parte do objetivo de inclusão digital.
ANATEL Agência Nacional de Telecomunicações	Agenda internacional ✓ Vancouver (Canadá) - 120ª Reunião do IETF (Internet Engineering Task Force)
MD Ministério da Defesa	Agenda ministerial – O ministério realiza no decorrer desta semana, uma das etapas do Projeto Rondon chamada de Sentinelas Avançadas II, a atividade contará com oficinas relacionadas à cultura, direitos humanos, justiça, educação, saúde, comunicação, tecnologia, produção, meio ambiente e trabalho. O evento ocorre até 27 de julho.
MDA Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar	Agenda ministerial – Paulo Teixeira participou, nesta segunda (15), do Encontro Nacional de Floristas, Atacadistas e Empresas de Acessórios. Feira de Tecnologia, Jardinagem e Paisagismo.
MDHC Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania	Agenda ministerial – Silvio Almeida participou, neste domingo (14), da Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Na segunda (15), compareceu ao almoço oferecido pelo presidente Lula e pela senhora Janja ao presidente da república italiana, Sergio Mattarella.
MDIC Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços	Agenda ministerial – Geraldo Alckmin reuniu-se, nesta segunda (15), com o a deputada estadual Marina Bragante (RDE/SP) e com o diretor de Gestão Corporativa da APEX, Floriano Pesaro. Mais tarde, participou do almoço oferecido pelo presidente Lula e pela senhora Janja ao presidente da república italiana, Sergio Mattarella. Além disso, reuniu-se com João Buck, presidente da Associação Brasileira de Hospitais Veterinários, Francesco Moliterni, presidente da Leonardo Brasil, e José Maurício Andreta Junior, presidente da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (FENABRAVE). Agenda internacional ✓ Buenos Aires (Argentina) – Reunião de Diretores de Institutos de Propriedade Industrial.
ABDI Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial	Agenda do diretor – Carlos Geraldo Santana reúne-se, nesta terça (16), com o presidente executivo da Associação Brasileira da Indústria do Plástico (ABIPLAST), Paulo Teixeira.
MEMP Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte	Agenda ministerial – Márcio França concedeu, nesta segunda (15), entrevista ao jornal UOL.
	Agenda ministerial – Fernando Haddad reuniu-se, nesta segunda (15), com

MF

Ministério da Fazenda

o presidente Lula.

BACEN
Banco Central do Brasil

Agenda dos diretores – O diretor de regulação, **Otávio Damaso**, reuniu-se, nesta segunda (15), com representantes do Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação ou Administração de Imóveis Residenciais ou Comerciais (SECOVI-SP) e, mais tarde, com representantes do Goldman Sachs. Além disso, encontrou-se com Rubens Vidigal Neto, do Vidigal Neto Associados.

Por sua vez, o diretor de organização do sistema financeiro e resolução, **Renato Gomes**, reuniu-se, nesta segunda (15), com o diretor do departamento de proteção e defesa do consumidor da Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), Vitor Hugo do Amaral. O presidente, **Campos Neto** e os diretores de política econômica, **Diogo Guillen**, e de relacionamento, cidadania e supervisão de conduta, **Carolina Barros**, estão de férias. Já o restante dos diretores tem previsão de despachos internos.

Balança Comercial – Para o saldo da balança comercial, a projeção em 2024 permaneceu em US\$ 82 bilhões de resultado positivo.

Boletim Focus – Para o IPCA, a expectativa do mercado para o ano diminuiu para 4%. No caso do PIB 2024, os economistas do mercado financeiro aumentaram a estimativa de crescimento para 2,11%. Ainda, o mercado financeiro manteve a expectativa para a taxa básica de juros da economia, a Selic, em 10,50% pela quarta semana seguida. Já a projeção para a taxa de câmbio do dólar em 2024 aumentou para R\$ 5,22.

MMA

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

Agenda internacional

- ✓ Roma (Itália) – 27º Sessão do Comitê de Florestas (COFO – 27); e
- ✓ Roma (Itália) - Pre-World Forest Week High Level Dialogue "WOOD for GLOBE: Leading Pathways to Carbon Neutrality and Resilience";

MPO

Ministério do Planejamento e Orçamento

Agenda internacional

- ✓ Lima (Peru) – CLXXXII Reunião do Diretório do Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF); e
- ✓ Chicago e Washington (Estados Unidos) - Growth Academy do Banco Mundial, em Chicago e Washington/EUA

Poder Legislativo

Congresso Nacional

O **Congresso Nacional** ainda não divulgou a pauta deliberativa da semana.

Embora o Congresso Nacional não entre em recesso formal por não ter sido aprovada a LDO, as atividades legislativas começam a se reduzir significativamente nesta semana, em uma espécie de "recesso branco", de modo que não foram identificados itens de interesse nas pautas divulgadas até o momento.

	A expectativa é que as atividades comecem a ser retomadas no dia 05 de agosto , em regime de esforço concentrado em semanas específicas, devido ao calendário eleitoral nos municípios.
Câmara dos Deputados	O Plenário da Câmara dos Deputados ainda não divulgou a pauta deliberativa da semana.
Senado Federal	O Plenário do Senado Federal poderá apreciar, dentre outros, o PL 1847/2024 (<i>Estabelece um regime de transição para a contribuição substitutiva e para o adicional sobre a Cofins-Importação</i>).

Política

Pacheco diz que Orçamento antes era usado para ‘cooptação política’ e defende emendas impositivas.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), defendeu na sexta-feira, 12, o modelo que deu maior poder ao Congresso na distribuição dos recursos do Orçamento da União. Pacheco participou de sabatina em um congresso realizado pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) em São Paulo (SP). A declaração se deu diante de questionamentos sobre a falta de transparência na definição sobre as emendas parlamentares. “Quando havia menos emendas parlamentares e mais (recursos) no Executivo, também não se tinha nenhum critério ou indicação se aquele recurso que iria, por exemplo, para Araraquara era por pedido de um deputado ou não. Antigamente, sem a força das emendas impositivas que tratam todos os parlamentares de maneira igual, as emendas acabavam sendo um instrumento de cooptação de base de apoio político do Executivo”, argumentou o presidente do Senado. [Fonte:](#) O Estado de S. Paulo

Congresso entra de folga com reforma tributária e disputa pelas sucessões de Lira e Pacheco no horizonte.

A partir desta semana, deputados e senadores devem começar esvaziar os corredores do Congresso Nacional em Brasília para aproveitar um "recesso informal". Nesse período, que deve durar até o fim do mês, ficarão paralisadas as votações de projetos importantes, como a regulamentação da reforma tributária. Outras demandas políticas, no entanto, devem continuar a todo vapor: é o caso das campanhas municipais e da "pré-campanha" pelas presidências da Câmara e do Senado (entenda mais abaixo). Pela Constituição, os parlamentares têm direito a dois recessos formais ao longo do ano: entre 23 de dezembro e 1º de fevereiro; e entre 18 e 31 de julho — condicionado à aprovação conjunta do Congresso do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) — que orienta o Orçamento do ano seguinte. [Fonte:](#) G1 Notícias

Economia

Trava para alíquota pode ser ajustada no Senado, diz Lopes.

Incluída na reta final das negociações do texto principal da regulamentação da reforma tributária do consumo, a trava que impõe revisões caso a alíquota do futuro Imposto sobre Valor Agregado (IVA) ultrapasse a barreira de 26,5% pode ser aperfeiçoada durante a tramitação no Senado. Essa é a avaliação do relator do projeto na Câmara dos Deputados, Reginaldo Lopes (PT-MG). Em entrevista ao Valor, ele demonstrou confiança de que a matéria avançará no Senado e poderá ser reanalisada pela Câmara até o fim do ano, a tempo de ser sancionada ainda em 2024. Conforme revelou o Valor, as mudanças aprovadas pela Câmara devem ter um impacto líquido de 0,62 ponto percentual na alíquota de referência, segundo cálculos preliminares do grupo de trabalho (GT) dedicado ao tema. Com isso, a alíquota média subiria para 27,12%. Porém, Lopes acredita que o valor final vai “surpreender” e ficar em 25%. [Fonte:](#) Valor Econômico

Projeção do IPCA de 2024 cai de 4,02% para 4,00%, mas tem alta para 2025, aponta Focus. A mediana das projeções dos economistas do mercado para a inflação oficial brasileira neste ano caiu de 4,02% para 4,00%, segundo o Relatório Focus, do Banco Central (BC), divulgado na segunda-feira (15) com estimativas coletadas até o fim da semana passada. Para 2025, a mediana das expectativas para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) subiu de 3,88% para 3,90%. Para 2026, permaneceu em 3,60%. [Fonte:](#) Valor Econômico

Reforma tributária: A definição da alíquota de CBS/IBS é uma questão política. Uma das novidades trazidas ao PLP 68/2024, que regulamenta a reforma tributária, foi a “trava” da alíquota de CBS/IBS em 26,5%. Questão relevante, a alíquota de CBS/IBS já foi aqui tratada mais de uma vez. São exemplos o post no blog Fio da Meada "Reforma tributária: Fatores externos podem influenciar na determinação da alíquota do IVA" e o artigo publicado na seção Opinião Jurídica, de Legislação, do Valor Econômico, "Alíquota de CBS/IBS evidencia reequilíbrio". O tema também foi o de maior destaque na entrevista com o relator na Câmara dos Deputados, deputado Reginaldo Lopes. O compromisso assumido na Emenda Constitucional nº 132 foi de manutenção da atual carga tributária da tributação sobre o consumo – estimada pelos técnicos do governo por meio da alíquota de 26,5%. O PLP 68 detalha os critérios para o cálculo da alíquota de referência, necessária para cumprir esse compromisso. Dois pontos chamam a atenção nessa discussão: em primeiro lugar, a alíquota de referência não precisa necessariamente ser seguida pelos entes tributantes (União, estados, Distrito Federal e municípios); em segundo lugar, estabelecer uma “trava” para definição da alíquota implica decisão política – por mais que os critérios e os cálculos da alíquota de referência observem critérios técnicos. [Fonte:](#) Valor Econômico

Inflação desacelera para todas as faixas de renda em junho. O Indicador Ipea de Inflação por Faixa de Renda apontou uma desaceleração da inflação para todas as faixas de renda pesquisadas em junho na comparação com o mês anterior. Os dados acumulados em 12 meses mostram que as famílias de renda muito baixa apresentam a menor taxa de inflação (3,66%), enquanto as famílias de renda alta possuem uma taxa mais elevada (4,79%) - veja tabela mais abaixo. O segmento de renda alta teve queda mais significativa, que após um aumento de 0,46% em maio, registrou a inflação de 0,04% em junho. Já para as famílias de renda muito baixa, a desaceleração da inflação passou de 0,48% em abril para 0,29% em maio e junho. As famílias de renda alta foram favorecidas pela queda das tarifas aéreas e dos transportes por aplicativo. [Fonte:](#) Agência Brasil

Economia brasileira cresceu 0,25% em maio. A economia brasileira cresceu 0,25% em maio, segundo dados do Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) divulgado na segunda-feira (15). O IBC-Br é um dos principais sinalizadores do Produto Interno Bruto (PIB) do país. Com isso, o índice observado em maio ficou em 148,86 pontos. Dessazonalizado, o índice sobe para 149,60 pontos. Em abril, o índice dessazonalizado estava em 149,23. [Fonte:](#) Canal Rural

Judiciário

Prazos processuais no STF serão suspensos de 2 a 31 de julho. Os prazos processuais ficarão suspensos no período de 2 a 31 de julho de 2024, conforme prevê a [Portaria nº 124/2024](#), do diretor-geral do Supremo Tribunal Federal (STF). Os prazos que se iniciam ou se encerram nesse período ficam automaticamente prorrogados para o dia 1º de agosto subsequente. O horário de atendimento ao público externo e do expediente na Secretaria do Tribunal, durante o período, será das 13h às 18h. O STF terá o plantão de julho dividido entre o vice-presidente, ministro Edson Fachin, que responderá pela Presidência do Tribunal entre os dias 1 e 16 de julho, e o presidente, ministro Luís Roberto Barroso, que assume os trabalhos entre os dias 17 e 31 de julho. Os ministros Gilmar Mendes, Dias Toffoli, Alexandre de Moraes, André Mendonça e Flávio Dino trabalharão normalmente em todo o acervo durante as férias de julho. Os pedidos urgentes que chegarem para os demais ministros ou os novos processos distribuídos a eles no período que tenham pedido de liminar serão analisados pelo plantão da Presidência. Os trabalhos serão retomados com sessão plenária presencial prevista para o dia 1/8. [Fonte:](#) ASCOM STF

Último Foco

Projeto sobre desoneração está na pauta do Plenário de terça-feira. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, incluiu o projeto de reoneração gradual da folha de pagamento de 17 setores da economia ([PL 1.847/2024](#)) na pauta da sessão plenária de terça-feira (16). Governo e senadores seguem nas negociações em torno da compensação da desoneração da folha. A proposta mantém a desoneração total em 2024 e determina a reoneração gradual da tributação sobre a folha de pagamento de 2025 a 2027. A votação do projeto estava prevista para a última quarta-feira (10), mas nem chegou a ser anunciada durante a sessão plenária por falta de acerto sobre as compensações, exigência imposta pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Uma das sugestões do governo seria o aumento de 1 ponto percentual na alíquota da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), tributo que incide sobre o lucro das empresas. Mas a maioria dos senadores resiste à ideia de aumentar tributos para fazer frente às desonerações. O relator do projeto é o líder do governo na Casa, senador Jaques Wagner (PT-BA). Ele deve apresentar um relatório com as compensações acertadas com os líderes partidários. [Fonte:](#) Agência Senado

Lula discute desoneração com líderes na 2ª feira, 15/07. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) se reunirá na 2ª feira 15/07, com os líderes do governo. Será às 9h, no Palácio do Planalto. Um dos focos do encontro será o impasse do acordo sobre a desoneração, que precisa estar acertado com o Congresso até 19 de julho, por determinação do STF (Supremo Tribunal Federal). Os senadores consideram prioridade resolver o imbróglio da desoneração nesta semana. A ideia dos congressistas é votar o projeto de relatoria do líder do Governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), até 4ª feira, 17. Ainda não há acordo sobre as medidas utilizadas para compensar a reoneração gradual até 2028. A última proposta do governo, de aumentar a CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) dos bancos em 1 p.p., foi rechaçada “por unanimidade” por todos os líderes partidários do Senado. [Fonte:](#) Poder 360

Senadores rejeitam usar CSLL para compensar desoneração. Líderes partidários do Senado foram unânimes ao rejeitar a sugestão do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para aumentar a CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) dos bancos, segundo apurou o Poder360. A este jornal digital, o líder do PSD na Casa Alta, Otto Alencar (BA), disse que aumento de impostos não será aceito. “Aprovamos desde o ano passado 7 matérias para o aumento de arrecadação [...] Demos sugestões que não estão sendo aceitas. Se cortasse 10% de custeio operacional já resolvia o problema”, afirmou. A medida do CSLL foi aventada pelo Planalto para compensar a desoneração da folha de pagamento de 17 setores da economia e de municípios. [Fonte:](#) Poder 360

MCTI investe R\$ 23 milhões para construir projeto nacional de blockchain. Com investimento de R\$ 23 milhões do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) para ações de pesquisa e desenvolvimento, o Projeto Iliada visa a contribuir com o uso da tecnologia blockchain no Brasil. Para tanto, foi aberta uma chamada pública para buscar parceiros para desenvolver estudos e pesquisas para a evolução de funcionalidades e tecnologias para testbeds de redes blockchain. Os grupos de trabalho selecionados prestarão serviço pelo prazo de um ano e ficarão responsáveis por elaborar soluções para o desenvolvimento de novos produtos com a tecnologia. Cada grupo receberá R\$ 132 mil para gastos com pessoal. [Fonte:](#) Convergência Digital

CGU diz que ricos se apropriam mais do Simples Nacional. A CGU- Controladoria Geral da União– fez um estudo, em parceria com o IPEA, para avaliar a regressividade de renúncias tributárias indiretas do Simples Nacional, que é o maior gasto tributário brasileiro. E constatou que os brasileiros 10% mais ricos (renda per capita acima de 4,5 salários-mínimos), ou cerca de 15 milhões de pessoas, se apropriam mais do benefício tributário do Simples Nacional do que os 40% mais pobres (renda per capita até um salário-mínimo), que somam mais 100 milhões de pessoas. Segundo a controladoria, o gasto tributário no Simples apresenta

característica de regressividade. Ao estimar o gasto tributário da política de isenção tributária, as famílias mais ricas obtiveram benefício de R\$ 2.074,71 enquanto as famílias mais pobres obtiveram benefício de R\$ 443,27.

Fonte: Telesíntese

78% acreditam que IA é “força do bem” no mercado de trabalho. Uma pesquisa da Thomson Reuters mostrou que ao menos 78% dos profissionais acreditam que a inteligência artificial é uma “força do bem” para o mercado de trabalho. Deste montante, 77% disseram ser um impacto positivo e transformador nos próximos 5 anos. O relatório “Futuro dos Profissionais” mostra um otimismo em relação a um aumento de produtividade. Descreve que a inteligência artificial pode reduzir os fluxos de trabalho, poupando 12 horas semanais, segundo os profissionais. A economia de tempo descrita é equivalente à adição de um colega extra para cada 10 membros da equipe, escreveu a pesquisa. O cenário poderia reduzir os custos de uma empresa em cerca de US\$ 100.000, disse. Fonte: Poder 360

AGU e MDIC prorrogam prazo para envio de contribuições sobre inovação no ambiente regulatório. A Advocacia-Geral da União (AGU) e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) prorrogaram para o dia 24 de julho de 2024 o prazo para envio de contribuições sobre o Guia Sand Box Regulatório. A Tomada de Subsídios visa colher sugestões de entidades reguladoras, reguladas e da sociedade civil para a elaboração de um documento de referência que irá estabelecer parâmetros para a criação de ambientes regulatórios experimentais no âmbito da Administração Pública. O Sandbox regulatório permite que empresas operem com regras diferentes por um período determinado para testar inovações, com acompanhamento próximo dos reguladores. Os principais objetivos incluem potencializar a inovação, atrair investimentos externos e desenvolver a cultura da inovação e competência em regulação. Fonte: ASCOM AGU

Justiça traça primeiros limites ao uso de inteligência artificial nas eleições municipais e pune deepfakes. A Justiça começou a punir o uso irregular de inteligência artificial (IA) na pré-campanha das eleições municipais, em decisões que servem para traçar um limite — até agora inédito — do que poderá ser feito na disputa eleitoral. Juízes de ao menos quatro tribunais regionais eleitorais já aplicaram multas ou determinaram a remoção de conteúdos, a maioria dos casos por uso de deepfakes, quando imagens ou áudios são manipulados para inventar declarações ou situações. As decisões seguem o entendimento do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que aprovou regras para o uso da IA — a resolução afirma que a utilização deve ser identificada e proíbe qualquer uso de deepfake. O tema é uma das prioridades da gestão da presidente da Corte, Cármen Lúcia. Mas ainda há divergências sobre a forma de lidar com esses conteúdos. Fonte: O Globo

Pochmann quer que IBGE seja coordenador-geral de dados do país. O presidente do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), Márcio Pochmann, defendeu que o instituto passe a ser um coordenador-geral dos dados oficiais do país. Em audiência pública na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara na última 3ª feira (9.jul.2024), ele disse que essa mudança depende de uma lei, mas também de um fortalecimento orçamentário do órgão. Pochmann lembrou que o IBGE já respondeu diretamente ao presidente da República, mas foi perdendo espaço e recursos a partir da ditadura militar, o que fez com que os outros ministérios criassem seus próprios bancos de dados, como Serpro, Dataprev, Inep e Datasus. Ele disse que, mesmo sem os meios necessários, o órgão tem feito esforços para integrar dados de educação, saúde e previdência. Fonte: Poder 360